



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO
Av. Apolônio Sales, 495, Centro, CEP. 48.601-200, Tel. 3282 3850

PARECER Nº ____/2023

EMENTA. Da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, previstas na forma do Art. 34, §1º, "a", Art. 50, §1º ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal. Apreciação e voto da CCJ acerca do **PL Nº 021/2023** "Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente; sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA); cria a segunda unidade do Conselho Tutelar; estabelece o Regulamento, as diretrizes e normas sobre o Conselho Tutelar e dá outras providências". De autoria do Chefe do Poder Executivo. Competência do Município legislar sobre assunto de interesse local, ex vi do artigo 30, I, da Constituição Federal. Reconhecida a competência suplementar do Chefe do Poder Executivo, com espeque no artigo 30, II, da CF/88 e no artigo 12, II, da Lei Orgânica. O Projeto de lei regulamenta dispositivos previstos na Lei Federal nº 8.069/90, Lei Federal nº 8.242/91, e nas Resoluções do CONANDA 105, 137, 139 e 231. No mérito, preenchidos os requisitos e pressupostos no tocante à constitucionalidade, juridicidade e a técnica legislativa, a CCJ **opina pela tramitação e aprovação do PL nº 021/2023.**

I – DO RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final - CCJ, constituída na forma do artigo 34, I, §1º, alínea "a" e artigo 50, §1º ambos do Regimento Interno, manifesta-se dentro do prazo previsto no artigo 43 do Regimento Interno, acerca do **PL nº 021/2023**, de autoria do Chefe do Poder Executivo.

Visa o presente projeto de lei, de autoria do Chefe do Poder Executivo, dispor sobre a Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente; sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA); cria a segunda unidade do Conselho Tutelar; estabelece o Regulamento, as diretrizes e normas sobre o Conselho Tutelar, revogando-se as Leis Municipais nº 1.215/2011 e nº 1.307/2015.

Por solicitação do proponente, o projeto de lei em apreço tramita em regime de urgência, na forma do Art. 48 da Lei Orgânica Municipal.

É o relatório. Opino.

II - DA ANÁLISE JURÍDICA

A suplementação da legislação federal, em matéria de extrema relevância relacionada à política municipal dos direitos da criança e do adolescente, encontra-se perfeitamente abrigada em nossa lei orgânica, ex vi do Art. 12, II, da Lei Orgânica Municipal.

O projeto de lei em apreço dispõe sobre princípios, regras e regulamentos norteadores da Política Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), regulamenta do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), cria a segunda unidade do Conselho Tutelar no Complexo BTN, e estabelece o Regulamento e normas sobre o Conselho Tutelar.

Flagrante, portanto, é a urgência quanto ao disciplinamento da referida matéria – uma vez que se justifica em face da sua natureza e importância, visto que visa defender os direitos das Crianças e dos Adolescentes.

O presente projeto de lei municipal regulamenta o comando previsto na Lei Federal nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

No tocante à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, assim reza o Art. 88 da Lei nº 8.069/1990:

“Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

I - municipalização do atendimento;

II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;

III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;

IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente; [...]

Observa-se no projeto de lei em apreço à regulamentação dos dispositivos no tocante à criação, competência e atribuições atinentes ao Conselho Tutelar, ex vi do Art. 131 ao 140 todos da Lei nº 8.069/1990.

De igual modo, regulamenta a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) à luz dos comandos previstos na Lei nº 8.242/1991, que dispõe sobre a Criança do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Ressalte-se que o projeto de lei em tela regulamenta as matérias previstas nas Resoluções nº 105, 137, 139 e 231, todas do CONANDA:

RESOLUÇÃO Nº 105/2005 do CONANDA: "Dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências"

RESOLUÇÃO Nº 137/2010 do CONANDA: "Dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos D Municipais dos Direitos da Criança e dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Adolescente e dá outras providências"

RESOLUÇÃO Nº 139/2010 do CONANDA: "Dispõe sobre os parâmetros para a criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares no Brasil, e dá outras providências"

RESOLUÇÃO Nº 231/2022 do CONANDA: "Altera a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar"

Salienta-se, por oportuno, que o referido projeto de lei, prevê a criação de uma nova unidade do Conselho Tutelar a ser sediada no complexo BTN, ex vi do Art. 52.



Nesse espectro, o enquadramento legal para a criação de outra unidade do Conselho Tutelar está previsto no Art. 3º, §§1º e 2º ambos da Resolução 231 do CONANDA, senão vejamos:

Art. 3º Em cada município e no Distrito Federal haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, em cumprimento ao disposto no art. 132 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º Para assegurar a equidade de acesso, caberá aos municípios e ao Distrito Federal criar e manter Conselhos Tutelares, observada, a proporção mínima de um Conselho para cada cem mil habitantes.

§ 2º Quando houver mais de um Conselho Tutelar em um município ou no Distrito Federal, caberá à gestão municipal e /ou do Distrito Federal distribuí-los conforme a configuração geográfica e administrativa da localidade, a população de crianças e adolescentes e a incidência de violações de direitos, assim como os indicadores sociais.

Impende assim destacar que o projeto de lei em epígrafe atenta à exigência constitucional vertida no Art. 227 da CF/88, que assim determina:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Destarte, a proposta está dentro da competência constitucional do ente Municipal, não apresentando, assim, nenhum óbice de natureza legal ou constitucional à sua tramitação e aprovação.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final opina pela tramitação e aprovação do presente projeto de lei, ressaltando que o parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo, não vinculando os vereadores à sua motivação ou conclusões.



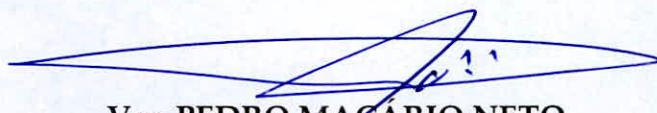
III – DO VOTO

Pelo exposto, pelo fatos e fundamentos jurídicos trazidos a lume, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final – CCJ, opina pela viabilidade do **PL N° 021/2023**, eis que presentes a **CONSTITUCIONALIDADE**, **LEGALIDADE** e a **TÉCNICA LEGISLATIVA**, em atendimento aos preceitos regimentais, a teor art. 50, §1º, do Regimento Interno, e com fundamento nos comandos previstos no artigo 30, I e II, da CF/88 c/c artigo 12, incisos I e II, da Lei Orgânica Municipal, observa-se a suplementação e regulamentação em face da Lei Federal nº 8.069/1990, Lei Federal nº 8.242/1991, e das Resoluções 105, 137, 139 e 231, todas do CONANDA.

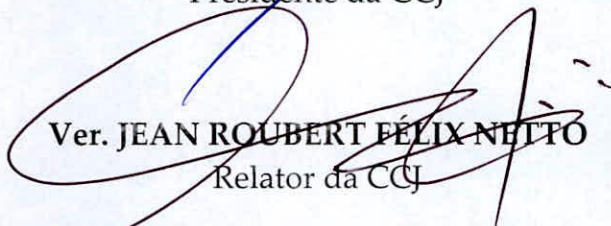
É o parecer.

Salvo, Melhor, Juízo.

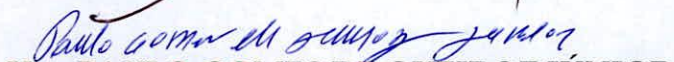
Sala das sessões, 31 de março de 2023.



Ver. PEDRO MACÁRIO NETO
Presidente da CCJ



Ver. JEAN ROUBERT FÉLIX NETTO
Relator da CCJ



Ver. PAULO GOMES DE QUEIROZ JÚNIOR
Membro da CCJ